Carta ao *AFRICOM* No. 4

Os Recursos Sustentáveis e a Segurança no Contexto do *Comando*: as Oportunidades que Existem tanto para Conflito como para Cooperação

Capt. Eric L. Stilwell, *USN*
Linda Dennard, *PhD*

O CONTINENTE AFRICANO possui, em média, grande população. A base econômica é a agricultura de subsistência. A migração forçada ocorre, devido a ciclos naturais. Os recursos renováveis, como o solo e a água são essenciais ao meio de vida e à energia econômica criativa dos [diferentes] povos. Os recursos não-renováveis, como minerais, metais e certos combustíveis fósseis existem em abundância, proporcionando influência econômica e diretrizes às nações, bem como oportunidades para a região, quando utilizados de forma legítima e apropriada. A migração transnacional de pessoas ou animais e a rivalidade acerca de minérios criam detritos, físicos e políticos, colocando em risco a segurança da região. Para que os membros do *AFRICOM* operem de forma eficaz com outros elementos do governo norte-americano, as forças de segurança multinacional e organizações regionais de segurança devem conhecer bem os diferentes ambientes inseparáveis, i.e., o natural, o cultural e o político. Uma percepção holística oferece ao *Comando* diversas oportunidades conjuntas e de coalizão para estabelecer a capacitação naquele continente.

Atualmente, muitos acordos eficazes e instituições associadas, relacionados à gestão de recursos sustentáveis, foram colocados em vigor pelos habitantes, ou encontram-se em fase de desenvolvimento em toda a África. As nações, grupos étnicos e organizações não-governamentais [ONGs] regionais empenham-se em estabelecer relações transnacionais ativas que monitorem, controlem e preservem os interesses dos países africanos e os recursos naturais comuns, tais como Áreas de Conservação Transfronteiras [*Transfrontier Conservation Areas-TFCA*]. Já que a exploração de recursos ou é benéfica a todos ou fomenta conflitos rebeldes entre nações ou com outros participantes independentes, o *AFRICOM* deve contribuir para com os sistemas já existentes, dispensando energia criativa para novos acordos de cooperação, através de sua ampla e singular estrutura.

Especificamente, a 17ª Força Aérea dos E.U.A. seria útil ao *Comando* como canal condutor, fazendo valer todas as possibilidades ciberaeroespaciais para que se mesclem, em colaboração com outros elementos do governo, através de diretrizes e estratégias para promover o intercâmbio de conhecimentos, o fluxo de dados e o engajamento militar intercultural, em prol de ambiente de recursos sustentáveis.

A Segurança dos Recursos Sustentáveis e A Missão da Força Aérea no *AFRICOM*

Embora não seja imediatamente aparente como a missão da 17ª Força Aérea se encaixaria aos objetivos do *Comando* ou até mesmo como a exploração desse novo panorama de segurança ambiental seria benéfico aos inte-

resses dos Estados Unidos como antes definido, existem bons motivos para diálogo, dada a realidade da África e do mundo no século XXI. A posição do *AFRICOM* como organização dentro do Departamento de Defesa Norte-Americano [*Department of Defense-DoD*] e a relação de comando única para com o Departamento de Estado [Department of State-*DoS*] seria útil em capacitar os africanos para que possam manter ambientes naturais e políticos pacíficos e sustentáveis dentro das missões centrais do componente da 17ª Força Aérea.

As tentativas dentro de cada uma das missões principais da F.A. dos E.U.A. – ar, espaço e ciberespaço – assistiriam as nações africanas em elaborar e monitorar acordos, atenuar e prevenir conflitos armados ou não, devido a recursos. Ademais, a 17ª Força Aérea implementaria esses empreendimentos de tal forma a aperfeiçoar a capacitação dos africanos em criar um futuro sustentável.

Para compreender o potencial da 17ª Força Aérea em fazer com que os habitantes protejam os recursos e o relacionamento pacífico para com eles, seria útil distinguir, já de início, entre a ideia normal de "segurança sustentada" e o conceito de "sustentabilidade" ambiental. São grandes as diferenças entre o uso convencional militar da palavra *sustentada* e o termo *sustentabilidade* em contexto de utilização sábia e apropriada de recursos ao longo do tempo, aquela que também apoia relações sociais estáveis. Em última análise, a sustentabilidade também se refere à capacidade de indivíduos, não apenas em sobreviver, mas também em administrar problemas e recursos, reconhecendo e apoiando práticas de gerenciamento e regimes sustentáveis que assegurem a viabilidade de recursos e relações pacíficas e positivas a longo prazo. Tudo isso resulta em estabilidade socio-econômica.

Por exemplo, em contexto militar, *sustentada* geralmente refere-se à manutenção da logística militar, ao suprimento, unificação de tentativas e operações militares a longo prazo.[1] No que se refere ao *AFRICOM*, o apoio à força é importante para que possa completar a missão. Porém, essa deve ser vista sob termos administrativos e enfoque original. Assim, também devemos considerar as nuances da palavra *estabilidade*. Em termos militares, refere-se à nação equilibrada.[2] Geralmente é o ponto de partida utilizado pelas autoridades competentes como medida para a retirada de tropas, redução de empreendimentos de manutenção da paz, mudança de estratégia ou início de preparativos para a fase seguinte.[3] Mas, não quer dizer o mesmo que sustentabilidade. Por exemplo, a fórmula de intervenção tradicional exige primeiro a manutenção de presença contínua de forças militares. Em seguida, a redução de tais forças e, ao mesmo tempo, o treinamento de forças armadas locais para manter o *status quo* de poder equitativo e oposto durante conflitos. No entanto, muitas vezes esse cenário não resulta em *condições* sócio-políticas e ambientais para a segurança sustentável a longo prazo. Em consequência, essas condições não protegem, necessariamente, os interesses nacionais dos Estados Unidos por extenso período de tempo.

Essa visão tradicional de estabilidade ocorre, devido a existência de conflito e não em cenários mais idealistas. Portanto, os africanos, como indivíduos, raramente estabelecem redes de relacionamento, conhecimento e acordo que criam e mantêm um ambiente pacífico "normal" durante várias gerações. Ao contrário, recebem treinamento padrão para manter apenas certo equilíbrio militar dentro dos parâmetros de conflito específico. Essa estratégia não aborda as condições subjacentes do mesmo (neste caso, a sustentabilidade de recursos) nem tenta criar condições alternativas para estabilizar a população com o passar do tempo, suplantando uma paz turbulenta com perspectivas positivas. Como já mencionado, o conceito de sustentabilidade sugere a capacidade de visualizar além do conflito em si, percebendo condições que permitam reduzir o potencial de violência e o rompimento de relações econômicas e sociais, possibilitando uma verdadeira estabilidade.

Na verdade, uma das funções principais da missão, a doutrina da Força Aérea e documentos relacionados à aquisição de forças futuras, abordam a necessidade de desenvolvermos maior capacidade em estabelecer parcerias durante guerras irregulares.[4] Essas mudanças indicam maior ênfase em engaja-

mento e visão de segurança, estabilidade e finalmente, estratégia de segurança sustentável a longo prazo. O enfoque interagencial único do *AFRICOM* e o novo objetivo de engajamento da 17ª Força Aérea irão longe para fazer com que as operações militares de estabilidade atuais partam para uma estratégia integrada de "governo total" [agências governamentais operando de forma integrada, indo além das esferas de responsabilidade] o que reduzirá e evitará conflito pelos recursos, levando à segurança sustentável.

Talvez esse conceito mais amplo de segurança sustentável pareça pouco plausível em âmbito militar. Talvez a percepção seja de que causaria um tipo de "Supuração de Missão" [*"Mission Creep"* que é a expansão de projeto ou missão além dos objetivos iniciais. É indesejável, devido a possibilidade de que sucessos levem a maiores empreendimentos, somente parando quando ocorrer um fracasso final, muitas vezes catastrófico] em áreas que, por direito, pertencem a processo interagencial [entre a Agência para o Desenvolvimento Internacional (*USAID*) e ONGs]. No entanto, já passou aquele tempo em que agências governamentais atuavam individualmente, sem se preocupar com a totalidade de relações da qual fazem parte. Nesse sentido, a estrutura única do *Comando* mesclaria, de forma eficaz, a estratégia militar nacional à estratégia de segurança nacional, pronta a ser colocada em ação, através da abordagem de "governo total", engajando diferentes formas de poder nacional, como a diplomática, informativa, militar, econômica, cultural (*DIME-C*) e, gostaríamos de acrescentar – ambiental. O *AFRICOM* incorporaria operações militares de "estabilidade" que gerenciam o tênue equilíbrio de forças idênticas e opostas em visão de segurança sustentável de maior alcance, mais centrada no ser humano, simbiótica e colaborativa, não apenas à metodologia de *governo total*, a fim de estabelecer um futuro auto-sustentável.[5] O que queremos dizer é que prevenir a guerra é tão importante quanto ganhá-la.[6]

A Sustentabilidade e a Segurança de Recursos Naturais

A segurança é ameaçada pela mudança de população, migrações humanas, globalização de economias ou diretrizes, fatores externos e acesso a recursos e energia. A existência e o resultado dessas ameaças são influenciados pela degradação de recursos, renováveis ou não. Dependendo de como essas condições são manejadas, nacional e internacionalmente, os recursos é que decidem a favor de conflito ou cooperação.

A ampla definição de recursos aqui usada reflete a complexidade do continente africano e a presença e importância de aspectos ambientais múltiplos em relações cotidianas com a população. A definição inclui os recursos de energia hidrelétrica e de combustíveis para satisfazer demandas globais e locais; as camadas geológicas com recursos que possuem minerais incalculáveis para a qualidade de vida atual; e, de maior importância, os recursos piscatórios e terra arável, que são renováveis. A água potável, recurso definitivo e fonte da própria vida, é aqui utilizada para ilustrar os problemas e o potencial de segurança ambiental no Continente.

A Agricultura de Subsistência e o Conflito Pertinentes a Recursos e Cooperação

Os exemplos recentes de conflito pertinentes a recursos e cooperação em toda a extensão geográfica e histórica da África ilustram o potencial de nova abordagem de segurança sustentável implícita na missão do *AFRICOM*, relacionada à capacitação e engajamento dos cidadãos africanos, através do sistema de "*governo total*".

No delta do Níger, por exemplo, o petróleo toma o centro do palco e geralmente alimenta o conflito, criando ou exasperando disparidades econômicas causadas pela destruição ambiental de terras aráveis e locais de pesca e deslocamento de populações. A República

Democrática do Congo [RDC] exemplifica como diretrizes governamentais relacionadas a recursos renováveis, ilimitados e limpos como a água do Rio Congo, causam conflito, forçando o deslocamento de populações para a construção de novas usinas hidrelétricas. Além disso, aquele país abriga alguns dos mais ricos depósitos geológicos de minerais em alta demanda pela presente tecnologia. Esse conflito acerca de recursos minerais retarda o processo de paz após a longa e sangrenta guerra civil na porção oriental do país. As milícias locais e estrangeiras continuam a batalhar pelo controle de minas e depósitos de minérios, a fim de apoiar ações bélicas contra a população e o meio ambiente.

O resultado final é que cada um desses conflitos sobre minérios ou energia destrói ou limita acesso a recursos importantes de terra arável e locais pesqueiros que produzem comestíveis e água potável para o sustento.[7] A água é tão, ou ainda mais, importante do que o minério e o petróleo, porque é a base, não só da vida, mas também da cultura e padrões estabelecidos de relacionamento e meios que crescem às margens das extensões hidrográficas.

Por exemplo, a maioria dos africanos depende de agricultura de subsistência que, predominantemente, sustenta o indivíduo, família ou clã por meio de dieta simples, proveniente do solo ou pesca (Fig. 1). Por definição, a agricultura de subsistência significa a produção mínima de alimentos necessários à sobrevivência.* Porém, a agricultura de subsistência é apenas um extremo do possível espectro de dependência para com o meio-ambiente. Existe uma série de capacidades produtivas, de subsistência à produção de matéria-prima em excesso, apropriadas à comercialização ou permuta. Mas, para a maioria dos africanos, a agricultura é mera questão de sobrevivência. Os conflitos acerca de recursos causam efeitos que vão mais além da discórdia em si, resultando em degradação dos mesmos e limitando acesso à terra arável ou *habitats* pesqueiros. Por conseguinte, a necessidade

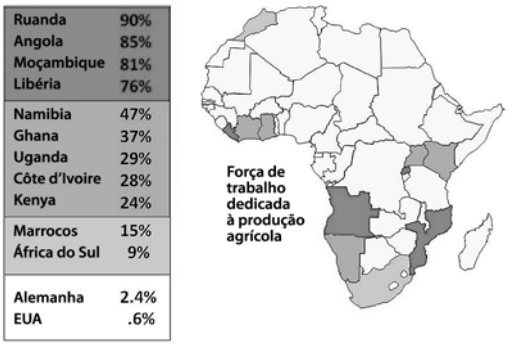

Figura 1. Agricultura de Subsistência, Dados da *CIA [Central Intelligence Agency] World Fact Book*

de sobrevivência causa novos conflitos ou, como muitas vezes acontece, deixa populações famintas e deslocadas, vulneráveis à opressão e manipulação.

Em sua maioria, as fazendas tradicionais, comerciais ou pertencentes à famílias – não as de subsistência – geram produtos básicos ou uma série de mercadorias, além do necessário para o sustento. Os produtos ou recursos renováveis gerados pelo agricultor são permutados por outros produtos ou vendidos por moeda sonante, proporcionando, assim, uma renda monetária ao agricultor e economia diversificada à região. Embora a agricultura de subsistência seja cada vez mais difícil de manter, devido ao desgaste de terras aráveis, a matéria-prima agrícola ainda continua a ter a possibilidade de estabilizar as populações e relacionamentos. Contudo, depende de diretrizes estabelecidas e práticas de preservação e uso sustentável de recursos comuns.

Uma série de condições mantém a população dependente em agricultura de subsistência e migração forçada, devido a degradação ambiental natural, a diretrizes governamentais miópicas ou ação militar que reduz a produção. No entanto, o resultado é o mesmo – um ambiente de segurança marginal para a subsistência sustentável. A degradação ambiental e de recursos diminui o período de tempo para o planejamento, armazenagem e intercâmbio de produtos gerados pela população. As diretrizes medíocres também impe-

*Merriam-Webster Online, http://www.merriam-webster.com/dictionary/subsistence, 10 de agosto de 2009

dem a posse de terra arável ou acesso à água, necessária à produção. Em muitos casos, as diretrizes públicas incentivam grandes operações de extração de recursos, quer sejam governamentais ou comerciais, que danificam impunemente o ambiente periférico, reduzindo ainda mais a terra arável e fontes pesqueiras. Um ambiente de segurança indefinido contribui à dependência ou agricultura de subsistência, permitindo ou criando áreas fora da lei, onde milícias e mesmo forças policiais e de segurança legítimas do governo, confiscam e danificam a colheita ou limitam acesso à terra e água.

Naturalmente, nem toda agricultura de subsistência é o resultado de diretrizes e desordem humana. O clima também contribui a esse problema agrário, devido a falta de acesso a, ou a incapacidade de interpretar dados meteorológicos comumente disponíveis. Certamente o *Comando* e a 17ª Força Aérea assistiriam os habitantes a solucionar essas últimas questões com dados de colheita e distribuição, juntamente com o treinamento necessário para interpretar dados geológicos e meteorológicos disponíveis. O *Comando*, juntamente com o *DoS,* que é seu comando ativo acompanhante, também podem reduzir o conflito referente a recursos, através de apoio à boa administração e às diretrizes de extração de recursos, através de educação, treinamento e disseminação de dados que apoiam práticas de recursos sustentáveis.

A Natureza Complexa do Conflito Pertinente a Recursos: Água e Petróleo

Há vários casos de conflito na África relacionados à água. Por exemplo, a região do Delta do Níger é campo de uma das maiores batalhas por recursos energéticos no continente. Enquanto o Sudão, Darfur e o conflito referente ao petróleo em Angola geram maior notoriedade o que, pelo que tudo indica, continuará, a Nigéria exemplifica a complexidade e a natureza inter-relacionada dos conflitos referentes a recursos.

Os conflitos acerca de recursos de combustíveis fósseis dominam as notícias na Nigéria os quais, vale a pena reiterar, causam efeitos colaterais. As ONGs acompanham de perto os danos e causas do conflito petrolífero.[8] Algumas citam as empresas multinacionais como os malfeitores, outras o governo e, ainda outras, as forças armadas nacionais como *casus belli* de todo conflito na Nigéria.[9] A luta pelos recursos "*à la Nigéria*" exemplifica como são complexos os resultados de conflito, quando ocorre destruição em massa de vida humana e do meio-ambiente, bem como mau governo, falta de profissionalismo militar e o transborde de uma série de outras dissensões que contribui, inflama, perpetua e escala os mesmos. A nação que se beneficia do apoio que dedica à empresas multinacionais e suas práticas insustentáveis permite a injustiça proveniente da degeneração ambiental.[10]

O *AFRICOM,* ao centrar-se em sustentabilidade de recursos como o problema, sem alinhar-se a um ou outro lado do conflito, muito contribuiria para trazer o enfoque à melhoria das condições que causam muitas das dissensões, que nunca são puramente acerca de recursos, mas que estão também vinculadas às relações sócio-políticas subjacentes.

Em última análise, o dano causado em nome do petróleo e extração de minérios e a luta que os acompanham, afetam negativamente a capacidade dos habitantes em cultivar a terra, pescar ou prover subsistência básica à família. Isso escala o conflito, que inicia com a competição pelo produto econômico, como o petróleo e passa a ser a respeito da criação de produtos para o sustento, como terras aráveis e recursos hidrográficos, ricos em pesca. Segundo a Anistia Internacional, o conflito petrolífero no Delta do Níger prejudicou a plantação de inhame, mandioca, cacau, abóbora e frutas diversas, indo além da esfera de mera subsistência. A pesca, rios no interior e leitos de marisco, locais de desova e outros sistemas hidrográficos com recursos piscatórios também foram destruídos ou danificados ao ponto de perderem a utilidade.[11] A Anistia Internacional também alega que a *Carta Africana [dos Direitos Humanos e dos Povos]* e o Direito Internacional obrigam os paí-

ses signatários a perseguir ações que protejam e melhorem as fontes alimentícias.

O *Comando* deve considerar não só o conflito pelo petróleo na Nigéria, mas também ver o "outro lado" da moeda como ponto de partida para capacitar a população a administrar de forma mais sustentável. O empreendimento para estabelecer, monitorar e manter os acordos regionais e o Direito Internacional que protegem as fontes de sustento irão, no mínimo, proteger a agricultura de subsistência e possivelmente resultarão em produção extra de alimentos, impulsionando o intercâmbio comercial para a segurança sustentável da região. A RDC também possui muitos recursos minerais não-renováveis que inflamam o conflito e incentivam o estabelecimento de códigos e regras de mineração para as multinacionais que apoiam grupos rebeldes, a fim de manipular as concessões de minério.[12]

Mais do que o Petróleo: O Rio Congo

O Rio Congo, que transcorre por 4.667 quilômetros, drenando, aproximadamente, 3,4 milhões de quilômetros quadrados da África Central, está diretamente ligado ao conflito acerca de concessões de minérios na RDC. Desde Kinshasa, a capital, o Rio desce 280 metros, rumo ao Oceano Atlântico, que se encontra cerca de 350 quilômetros à jusante.[13] O conflito nesse caso não tem a ver com a água potável, pois existe em abundância, mas sim com a energia hidrelétrica situada perto da foz, utilizada principalmente em extração de minérios na porção leste e fornecimento de energia a determinados setores da população ao oeste.

A energia gerada pelo Congo no Complexo da Barragem do Inga, a sudoeste de Kinshasa, embora mal conservada e regulada é recurso renovável e sustentável e relativamente benéfico ao meio ambiente. A energia elétrica disponível e necessária às minas de extração de minérios não renováveis na parte leste da RDC provém especialmente desse Complexo, que consiste de duas barragens e múltiplas turbinas para geração de energia. A maioria das turbinas dessas barragens fica inoperante a qualquer momento, devido a inadequada manutenção preventiva, infraestrutura, falta de verba, mau treinamento ou inércia governamental. A rede elétrica estende-se desse degradado complexo hidrelétrico para abastecer a indústria nacional de mineração que abrange um país com tamanho que corresponde à metade da área dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, apenas 6% da população do país (pessoas que vivem em Kinshasa) possui acesso à energia elétrica.

Para complicar a situação, o Conselho Mundial de Energia está propondo uma terceira barragem para aumentar a produção de energia da Barragem do Inga a 39 bilhões de quilowatts, inclusive extensos sistemas de distribuição ao norte, que vão até a Europa.[14] A proposta em si já ameaçou milhares de nativos. Em 2006, quase 8.000 pessoas receberam ordem de despejo, abrindo caminho a antecipada expansão de capacidade elétrica. Sem recursos e nem mesmo oferta de remuneração, essas pessoas permaneceram no local em ato de desobediência civil. Ironicamente, devido a administração inadequada e regras de lei inconsistentes, essa população está, pelo menos até agora, a salvo. No entanto, a ameaça de deslocamento involuntário e a migração continuam, gerando a necessidade da agricultura de subsistência.

A má gestão e diretrizes inadequadas, juntamente com a demanda por recursos na porção oriental da RDC demonstram, em especial, a falta de visão futura. Por exemplo, quando vemos o Congo como simples conveniência durante conflito, perdemos a oportunidade de promover próspera artéria de comércio e cooperação, semeando e até mesmo nutrindo a degradação ambiental e gerando a instabilidade social. Além disso, essas diretrizes e práticas governamentais imperfeitas criam um efeito dominó de degradação ambiental e utilização indevida, colocando ainda maior pressão nos agricultores que já enfrentam dificuldades. A energia hidrelétrica necessária às grandes indústrias de extração governamentais e comerciais deixa pouco para o preparo de alimentos, aquecimento e ou-

tros usos. O resultado foi que os agricultores voltaram, uma vez mais, à manufatura de carvão, a fim de gerar divisas para comprar alimentos, cultivados agora com menor frequência na região.[15]

Água: Um Motivo para Cooperar

Finalmente, a água. Sem dúvida, o recurso vital mais importante, intimamente interligado aos hábitos diários e padrões de interação para famílias e comunidades. Também é recurso comum que fomenta o diálogo necessário ao estabelecimento de relações positivas e capacitação administrativa. Assim, a terra arável, a pesca e água, no mínimo, são tanto fonte de acordo, cooperação e pacto, como de discórdia. Em parte, isso sugere que quando o *AFRICOM* procurar "corrigir" problemas no panorama sócio-político africano, deve também ver o que já funciona bem, como ponto de partida, a fim de conseguir a participação dos habitantes.

Enquanto muitos acreditam que a próxima grande batalha será pela água e não pelo petróleo, o fato é que se gera maior cooperação do que conflito através de competição pela água e sua resolução. Normalmente, os conflitos referentes a água mais notórios, ocorrem dentro das fronteiras de país que possui vários usuários.

No entanto, solucionam-se os conflitos de águas transnacionais com menos violência, com o estabelecimento de relacionamentos de longa duração, tornando possível futuros acordos entre os parceiros. Segundo estudo mundial de eventos relacionados à água nos últimos cinquenta anos, mais de 70% foram atos de cooperação.[16]

A África já está cooperando internacionalmente a esse respeito. Em importante exemplo, a Namíbia, Angola e Botsuana uniram-se para proteger as águas do Delta do Okavango e periferia, a fim de proporcionar meio de vida sustentável às populações, através da Comissão Permanente das Águas da Bacia do Rio Okavango [*Permanent Okavango River Basin Water Commission-OKACOM*]. Embora seja esse um acordo tripartite, foi baseado em acordos ambientais regionais e internacionais.

Para Angola, o *OKACOM* faz com que aquele país seja responsável pela proteção da fonte primária de água limpa para a bacia de captação de água do Okavango (fig. 2). O sudeste da Angola conta com chuva em abundância, proveniente da região norte equatorial, suprindo centenas de tributários que transcorrem em direção sul ao Rio Okavango e leste, rumo ao Delta do Okavango.[17] Geograficamente, Angola supre a maior quantidade de água para o delta. O clima árido da Namíbia pouco contribui. Antes da *OKACOM*, a Namíbia construia aquedutos e redes subterrâneas de coleta e distribuição de água para retirar do rio o abastecimento de água potável para a população em constante crescimento. Através da *OKACOM* e outros acordos, aquele país compromete-se a limitar o uso de água do rio Okavango.

Devido ao acordo, a Botsuana possui o direito de usar os recursos oferecidos pelo Delta do Okavango. O maior delta interior do mundo, o Okavango e a biodiversidade que o

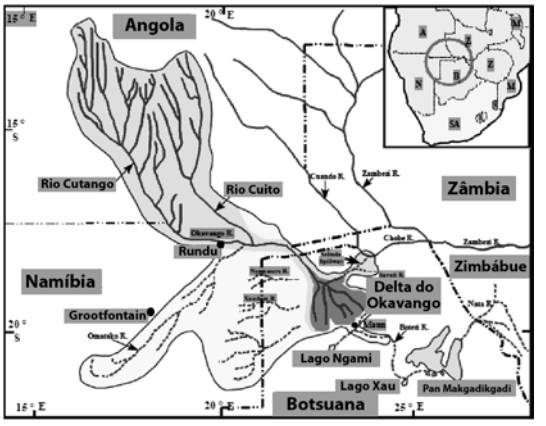

Figura 2. A Área de Coleta da Bacia do Okavango. (Melba Crawford, Amy Neuenschwander e Susan Ringrose, "*Investigations in the Okavango Delta Using EO-1 Data*", *in Goddard Space Flight Center, Earth Observing-1: Preliminary Technology and Science Validation Report, 2.* http://eol.gsfc.nasa.gov/new/validationReport/Technology/Documents/Tech.Val.Report/Science_Summary_Crawford.pdf.)

acompanha são responsáveis por grande parcela da economia de Botsuana. Esse país chamou a atenção da comunidade internacional ao Delta do Okavango, ao reconhecer seu vasto valor econômico em biodiversidade e turismo. Para Botsuana, a proteção da fonte de água de Angola e as garantias de autopoliciamento de utilização do rio pela Namíbia, mantêm em equilíbrio o futuro e a economia de Botsuana, de interesse vital à soberania da nação. Para cada país autodisciplinado, a *OKACOM* representa a cooperação no uso do recurso natural mais importante à segurança humana. O risco à segurança nacional de Botsuana, depende da boa vontade de Angola e Namíbia em cumprir com o *OKACOM*, através do aumento da capacidade desses países em proteger o acordo e a participação mútua contínua em diálogo cívico – já iniciada com o *OKACOM* – e também pelo intercâmbio de dados e oportunidades para difundir os efeitos positivos desse acordo.

Nesse sentido, o *Acordo* oferece possível estrutura em como outras regiões podem ser administradas de forma a produzir meio de vida sustentável aqueles que compartem a água como recurso, reduzindo assim, futuras condições de conflito e instabilidade. Esses tipos de acordos pré-existentes seriam critério positivo para qualquer empreendimento do *AFRICOM* em manter a segurança ambiental na região. Vale reiterar que as relações emergentes já existentes, relacionadas ao acordo, são mais importantes do que qualquer possível conflito, porque formam uma plataforma produtiva ao contínuo desenvolvimento de relações positivas e o intercâmbio de recursos no futuro. Talvez seja de especial importância para o *AFRICOM* prestar atenção a essas ocorrências regionais e, à medida que surgem oportunidades, a pedido dos parceiros, assistir em manter e fomentar esses primeiros passos em prevenção de guerra.

Ademais, os atritos que existem na coleta, mineração ou distribuição de recursos também oferecem oportunidades de cooperação e estabilidade, através de diretrizes internas de governo nacional estável, acordos transnacionais entre países como os empreendimentos notáveis da Fundação dos Parques da Paz ou ainda, acordos transinternacionais como o Processo de Kimberley, que regula a venda de diamantes de sangue.[18]

Recomendações

Ao reconhecer que as Forças Armadas seriam vistas como exemplo e que a água e outros recursos naturais são canais vitais aos africanos, surgirão acordos de estabilização e pontos de diálogo de fontes complexas em significado e relacionamento. Assim, fazemos as seguintes recomendações ao *AFRICOM* e à 17ª Força:

Desenvolver a capacitação entre os que treinam e interagem com os africanos, reconhecendo que a missão do Comando reflete grande mudança do modelo convencional referente ao engajamento de indivíduos.

Assim, sugerimos que o treinamento de capacitação para os militares seja levado a sério como componente da operação. Seus elementos incluem:

1. Aprender a prestar atenção e a engajar os africanos, não só acerca do que desejam, mas também a respeito do que sabem.

2. Aprender a reconhecer o potencial, não só em recursos locais, mas também como solucionam problemas; aprender como trazer à tona o conhecimento regional acerca de recursos, perdido ou marginalizado pela colonização, conflito ou deslocamento, desenvolvendo, assim, abordagem pragmática e não apenas burocrática para a resolução de problemas.

3. Reconhecer como uma só ação possui efeitos múltiplos. A capacitação de habilidades nem sempre necessita de programa, mas sim de um indivíduo ciente da oportunidade de ensinar, engajar e dar o exemplo para aperfeiçoar a capacidade auto-administrativa em outros.

4. Reconhecer e valorizar o contexto cultural e histórico dentro do qual existem os recursos e relações socio-políticas.
5. Desenvolver abordagem pragmática para engajar as possibilidades e limitações dos sistemas jurídicos duplos na África – aqueles baseados em leis culturais e tradicionais de grupos étnicos e clãs locais e regionais e os que operam a partir de modelos mais ocidentais dentro do governo nacional e que exigem maior formalidade.

Formular Exercício de Capacitação e Treinamento Ambiental [*Environmental Training and Capacity Building Exercise - EVIROCAP*] que providencie intercâmbio contínuo de experiência, treinamento, informação, tecnologia, sistemas de monitoria e práticas de sustentabilidade de recursos.

Esse exercício também apoiaria ativamente melhor compreensão de significados culturais de recursos e práticas ambientais que assistiriam em manter relações sociais estáveis. Seriam similares às iniciativas atuais, como a Ação Cívica Médica [*Medical Civic Action - MEDCAP]* ou Ação Cívica Veterinária [*Veterinarian Civic Action- VETCAP*].[19] O *ENVIROCAP* forneceria meios de apoio ao longo do tempo, abordando o estabelecimento de relações interativas duradouras, não só percebendo tais oportunidades de treinamento e engajamento como fenômenos a curto prazo e de ocorrência única.

Estabelecer transferência de tecnologia sustentável

O *AFRICOM* compartilharia tecnologia sustentável adequada, oferecendo treinamento em seu uso, manutenção e conserto, utilizando inovações atualizadas viáveis em afecção local, não apenas em âmbito nacional. Recomenda-se que o *AFRICOM* auxilie países e organizações regionais a identificar e desenvolver práticas sustentáveis em extração de recursos, utilização e renovação através de diversas tecnologias de monitoria – o que também oferece oportunidades de capacitação de cidadãos e boas práticas administrativas, fornecendo dados transparentes, acessíveis e úteis. A 17ª Força Aérea receberia treinamento em suas missões ciberaeroespaciais principais, operando, ao mesmo tempo, com as nações africanas ou organizações regionais a fim de (1) manter, interpretar e difundir dados básicos de previsão de tempo; (2) interpretar dados cartográficos e multiespectrais, compilando-os de fontes abertas; (3) usar código aberto da Internet para analisar e processar dados ambientais, de forma transparente. Simultaneamente, assessorar em treinamento e estabelecimento de canais cibernéticos seguros.

Tais sistemas devem garantir que os recursos públicos serão monitorados de forma transparente, fornecendo dados precisos e úteis, inclusive sobre a percepção cultural, assegurando a disponibilidade de recursos para a maior divulgação possível. Essas ações gerariam sólido diálogo em gestão e práticas de recursos sustentáveis.

Conclusão

Ao compreender a importância de diálogo, o *AFRICOM*, através de empenho pioneiro em processos interagenciais, reagiria a pedidos de assistência pertinentes à segurança de nações africanas com estrutura transparente e objetiva mas, ainda assim, culturalmente aceitável. Ao traduzir e mesclar sistemas jurídicos tradicionais da cultura local aos sistemas jurídicos formais de países organizados e órgãos regionais de segurança, evitam-se choques culturais, históricos e administrativos. Ao mesmo tempo reativa-se o conhecimento local marginalizado ou perdido, devido a conflito ou colonização. O *AFRICOM* serviria de meio para a integração de formulação de dados ambientais e intercâmbio de conhecimento de forma fácil e tranquila, através de sistemas regionais e globais reconhecidos e estruturas jurídicas não antagônicas ao uso de recursos tradicionais. O intercâmbio claro de conhecimento auxilia os africanos a reduzir conflito, colocando em ação sua experiência financeira em gestão de recursos. A cada en-

gajamento de forças armadas, militar-militar, o *AFRICOM* deve estar indissoluvelmente vinculado aos processos interagenciais e em coordenação com todos os elementos do governo nacional para assessorar os africanos a identificar e traduzir práticas de gestão de recursos dentro de seu contexto cultural, reduzindo o conflito e mantendo a paz. ❑

Notas

1. Joint Publication (JP) 3.0, *Joint Operations*, 17 setembro 2006 (incorporando a emenda 1, 13 fevereiro 2008), III-30 to III-36, http://www.dtic.mil/doctrine/new_pubs/jp3_0.pdf.

2. Ver ibid., V-5 to V-6, para a seguinte descrição de estabilidade de operações:

> Joint force planning and operations conducted prior to commencement of hostilities should establish a sound foundation for operations in the "stabilize" and "enable civil authority" phases. [Joint force commanders] should anticipate and address how to fill the power vacuum created when sustained combat operations wind down. Accomplishing this task should ease the transition to operations in the "stabilize" phase and shorten the path to the national strategic end state and handover to another authority.
>
> Considerations include:
>
> (a) Limiting the damage to key infrastructure and services.
>
> (b) Establishing the intended disposition of captured leadership and demobilized military and paramilitary forces.
>
> (c) Providing for the availability of cash.
>
> (d) Identifying and managing potential "stabilize" phase enemies.
>
> (e) Determining the proper force mix (e.g., combat, military police, [Civil Affairs], engineer, medical, multinational).
>
> (f) Availability of [host nation] law enforcement and [human support services] resources.
>
> (g) Securing key infrastructure nodes and facilitating [host nation] law enforcement and first responder services.
>
> (h) Developing and disseminating [strategic communication] themes to suppress potential new enemies and promote new governmental authority.

3. "[Joint force commanders] must integrate and synchronize stability operations—missions, tasks, and activities to maintain or reestablish a safe and secure environment and provide essential governmental services, emergency infrastructure reconstruction, or humanitarian relief—with offensive and defensive operations within each major operation or campaign phase. Planning for stability operations should begin when joint operation planning is initiated." Ibid., xxi.

4. US Air Force, "Current Issues," apresentação em PowerPoint, Curtis E. LeMay Center for Doctrine Development and Education, Air University, Maxwell AFB, AL, 2009.

5. Walter Pincus, "Pentagon Recommends 'Whole-of-Government' National Security Plans," Washington Post, 2 fevereiro 2009, http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2009/02/01/AR2009020101964.html.

6. Conway, James, Gary Roughead, e Thad Allen, *Cooperative Strategy for 21st Century Seapower,* Washington DC Departamento de Defesa, outubro 2007, 4, http://www.navy.mil/maritime/.

7. Amnesty International, *Democratic Republic of Congo: Making a Killing: The Diamond Trade in Government-Controlled DRC* (London: Amnesty International Publications, 21 outubro 2002), http://www.amnesty.org/en/library/asset/AFR62/017/2002/en/9303f3ef-d7cd-11dd-b4cd-01eb52042454/afr620172002en.html.

8. Amnesty International, *Nigeria: Petroleum, Pollution and Poverty in the Niger Delta* (London: Amnesty International Publications, 2009), https://www-secure.amnesty.org/en/library/info/AFR44/017/2009/en.

9. Hugo Slim, "By What Authority? The Legitimacy and Accountability of Non-governmental Organisations" (International Council on Human Rights Policy International Meeting on Global Trends and Human Rights—Before and After September 11, Genebra, Suiça, 10–12 janeiro 2002), http://www.jha.ac/articles/a082.htm.

10. Matthew Todd Bradley, "Civil Society and Democratic Progression in Postcolonial Nigeria: The Role of Non-Governmental Organizations," *Journal of Civil Society* 1, no. 1 (maio 2005), 62.

11. Amnesty International, *Nigeria*, 28-30.

12. Kent Hughes Butts and Arthur L. Bradshaw Jr., eds., *Central African Security: Conflict in the Congo: Proceedings: September 18–19, 2001* (Carlisle, PA: Center for Strategic Leadership, US Army War College, 2002), http://handle.dtic.mil/100.2/ADA423517; and Chen-I Lin and Allison Schuster, "Hydroelectricity Investment in the Democratic Republic of the Congo—The Grand Inga" (Medford, MA: Tufts University, 2008), http://wikis.uit.tufts.edu/confluence/display/aquapedia/Hydroelectricty+Investment+in+the+Democratic+Republic+of+the+Congo+-+The+Grand+Inga.

13. "Evolution in a Vortex: An Inventory of the Fishes and Mollusks of the Lower Congo River Rapids," MUSSELL

Project, National Science Foundation, 2006, http://bama.ua.edu/~musselp/m/news/supp/2006/congo.html.

14. Lin and Schuster, "Hydroelectricity Investment."

15. Integrated Regional Information Networks, UN Office for the Coordination of Humanitarian Affairs, "DRC: Charcoal Profits Fuel War in East," 28 julho 2009, http://www.irinnews.org/Report.aspx?ReportId=85462.

16. Aaron T. Wolf et al., "Navigating Peace: Water Can Be a Pathway to Peace, Not War," no. 1 (Washington, DC: Woodrow Wilson International Center for Scholars, julho 2006), 1-2, http://www.wilsoncenter.org/topics/pubs/NavigatingPeaceIssue1.pdf.

17. "Mine Action Country Portfolio—Angola," National Inter-Sectoral Commission for De-mining and Humanitarian Assistance (CNIDAH), African Development Information, http://www.afdevinfo.com/htmlreports/org/org_46637.html.

18. Ver Kimberley Process, http://www.kimberleyprocess.com/; and Peace Parks Foundation, http://www.peaceparks.org/Home.htm.

19. Ver JP 3.0, *Joint Operations*, VII-7:

[Humanitarian and civic assistance (HCA)] programs are governed by Title 10, USC, Section 401. This assistance may be provided in conjunction with military operations and exercises, and must fulfill unit training requirements that incidentally create humanitarian benefit to the local populace. In contrast to emergency relief conducted under [foreign humanitarian assistance] operations, HCA programs generally encompass planned activities in the following categories.

(a) Medical, dental, and veterinary care provided in rural or underserved areas of a country.

(b) Construction and repair of basic surface transportation systems.

(c) Well drilling and construction of basic sanitation facilities.

(d) Rudimentary construction and repair of public facilities such as schools, health and welfare clinics, and other nongovernmental buildings.

O Capitão Stilwell é membro do Corpo Docente Militar, Departamento de Estudos de Segurança Internacional [*Department of International Security Studies*], *Air War College*, Maxwell AFB, Alabama. Bacharel em Ciências (Ciências Biológicas /Animais e Agroindústrias) de Berry College, Mount Berry, Georgia e Mestrado em Segurança Nacional e Estudos Estratégicos da *Naval War College*, Newport, Rhode Island. Oficial qualificado conjunto (serviço militar), serviu junto ao Comando Estratégico Norte-Americano (enfoque global), Comando Norte-Americano Europeu (enfoque Europa e África) e Comando de Operações Especiais, Europa (enfoque Europa e África), fez parte da Equipe de Transição inicial do *AFRICOM*, composta de membros selecionados do Comando Norte-Americano Europeu. Seu interesse principal é a região sul da África.

A Dra. Linda Dennard é Catedrática Assistente em Relações Internacionais e Diretrizes Púbicas da Universidade de Auburn-Montgomery. Inúmeras publicações e palestras referentes ao papel de instituições no desenvolvimento de democracia e metodologias para o desenvolvimento de capacitação cívica, inclusive o relacionamento entre a sustentabilidade ambiental e administração cívica. Possui 15 anos de experiência em assessoria à organizações não-governamentais nacionais e internacionais.

As opiniões expressas ou insinuadas nesta revista pertencem aos seus respectivos autores e não representam, necessariamente, as do Departamento de Defesa, da Força Aérea, da Universidade da Força Aérea ou de quaisquer outros órgãos ou departamentos do governo norte-americano.